



MOVIMENTOS DAS CLASSES DOMINANTES E DESAFIOS DA ESQUERDA SOCIALISTA

Roberto Leher*

Paz no campo, paz nas fábricas, paz nas universidades, paz nas favelas. O céu na terra para o capitalismo dependente seria, certamente, o prometido pelo PT. A partir do governo Lula da Silva, em 2003, importantes organizações vinculadas aos trabalhadores, como a CUT e as demais centrais do sindicalismo de resultados, ecoaram o discurso governamental de que não era mais necessário empreender lutas com protagonismo da base e independência de classe, pois o Estado estaria aberto às reivindicações dos trabalhadores, em mesas setoriais (reforma agrária, servidores públicos federais) e câmaras setoriais (trabalhadores metalúrgicos da indústria automobilística, por exemplo) que poderiam contemplar, processualmente, as suas demandas obstaculizadas no período Cardoso (1995-2002). Quanto aos chamados 'pobres', as políticas de alívio à pobreza seriam ampliadas, objetivando a 'inclusão social', superando, finalmente, o flagelo da pobreza no país.

Tudo isso sem a necessidade de transformações sociais e de mudanças econômicas que alterassem a relação capital versus trabalho e o padrão de distribuição de renda, iniciativas que, ao contrário, poderiam alterar a harmonia social. De fato, as medidas do governo Lula deixaram de lado todo o debate sobre a impossibilidade do crescimento econômico – por meio do gotejamento de benefícios para os trabalhadores – assegurar, *per se*, os direitos sociais fundamentais para o conjunto da classe trabalhadora. De fato, a argumentação de Lula da Silva colidia diretamente com uma das teses mais centrais da crítica às (ditas) teorias da modernização e ao próprio desenvolvimentismo: a de que sem alterar os fundamentos do padrão de acumulação do capital, enfrentando as expropriações e o padrão de exploração, não seria possível assegurar condições dignas de vida e de trabalho para os que vivem do próprio trabalho e são explorados.

Assim, o governo Lula da Silva teria solucionado uma equação que parecia de impossível resolução: em seu governo teria sido possível manter a macroeconomia do chamado período neoliberal, não reverter as privatizações e as legislações que afrontaram os direitos sociais, ampliar a influência mercantil sobre a saúde e a educação e, ao mesmo tempo, fazer um governo voltado para o social.

* Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Quais os termos que teriam possibilitado solucionar essa equação? Em entrevista concedida a entrevistadores aliados, Lula da Silva explicitou a sua fórmula com franqueza e objetividade: “E, ao mesmo tempo, fizemos uma coisa que eu considero extremamente importante: **provamos que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda** (...)” (negrito RL) e, mais adiante, para não pairar dúvidas, na mesma entrevista, sintetizou: “A teoria original: ‘Dê um pouco de recurso às camadas mais pobres da população que as coisas começam a acontecer’”.¹

De fato, na referida entrevista, Lula da Silva explicita:

“Eu não tenho raiva deles e não guardo mágoas [da oposição] (...) eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo; nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam”.²

De fato, o grosso do fundo público – seja diretamente pelo Tesouro Nacional, seja por meio de isenções tributárias, seja por meio de empréstimos e parcerias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES – foi direcionado para as frações rentistas (pagamento da rolagem da dívida), para o agronegócio (turbinado pelas chamadas ‘campeãs nacionais’, como a JBS/ Friboi), para o extrativismo mineral, para as grandes empreiteiras, para os setores industriais mais internacionalizados (indústria automobilística com pesadas isenções tributárias, por exemplo), os grandes grupos da mídia, justo a base econômica do bloco no poder. E, com isso, esses setores “nunca ganharam tanto”. É verdade. A lista dos 500 mais ricos do mundo da Revista Forbes confirma a sua avaliação: nunca tantos representantes das frações burguesas locais foram tão incluídos socialmente no seletivo grupo dos senhores do mundo.

Diante da suposta resolução da antinomia entre neoliberalismo e avanços sociais, sem conflitos sociais relevantes, ao contrário, em ambiente de conciliação entre o capital e o trabalho, como é possível depreender da queda acentuada e abrupta das greves no governo Lula da Silva, a indagação se esse projeto de governo se esgotou parece uma ideia fora do lugar, um despropósito completo. Tomando como referência as greves, não resta dúvida de que nos dois mandatos de Lula da Silva houve uma acentuada queda, inclusive considerando os anos 1990. Em 1989 aconteceram mais de 2 mil greves, correspondendo a 127 mil horas paradas; no período 1994-1996, a média anual de greves, em contexto de privatizações e de reforma do Estado, foi de 1160 greves; no período 1997-1999, anos de agravamento da crise econômica, a média anual foi de 556 greves e 20,4 mil horas paradas, grande parte destas no setor público. No primeiro mandato de Lula da Silva, a média anual de greves foi de apenas 315 greves, apenas 37% delas no setor privado, correspondendo a 20,3 mil horas paradas/ano; no segundo mandato, no período expansivo da economia, as greves subiram 34%, alcançando a média anual de 423 greves e 33,7 mil horas paradas, majoritariamente no setor público (DIEESE, SAG, 2013).

¹ SADER, E. (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

² Idem.

Com efeito, na ótica do capital, o descenso das greves e as elevadas taxas de lucros dos bancos e de outros setores (agronegócio, mineradoras, serviços de educação, saúde, previdência, empreiteiras, construção civil em geral) somente poderiam levar os setores dominantes a ecoar um convicto e enfático “Não! O lulismo é o paraíso na terra!” Muitos setores da alta burguesia (banqueiros, empreiteiras, diversos segmentos do agronegócio, fundos de investimentos que operam na educação etc.) diriam: “Queremos seguir acumulando lucros exorbitantes com paz social”. A reeleição de Lula em meio ao chamado “mensalão” e, adiante, a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, uma candidata nada fácil de viabilizar, com apoio dos setores dominantes, confirma que a avaliação predominante era de que o projeto do PT, na ótica do capital, deveria ser mantido.

Entretanto, examinando a conjuntura de 2014 é possível constatar que muitas frações burguesas estão insatisfeitas, outras estão desconfiadas de que talvez o céu na terra seja um sonho fugaz. O fato, constatam, é que o paraíso prometido não está sendo totalmente garantido, ou não está sendo generalizado para todas as frações burguesas dominantes ou, ainda, que o espectro da crise estrutural do capitalismo pode se materializar e chegar ao Brasil, jogando por terra as conquistas econômicas obtidas nos últimos dez anos.

Por que a percepção de que o governo Dilma Rousseff não está entregando o acordado na Carta aos Brasileiros?

Empiricamente, é possível constatar que, no período Dilma, a paz social já não é tão sólida: em 2011 e 2012 (os últimos anos já publicizados da série histórica do DIEESE-SAG) a média anual subiu para 768 greves, correspondendo a 75 mil horas paradas por ano, mais que dobrando os índices do segundo governo Lula da Silva. E com claro aumento da participação dos trabalhadores do setor privado, tendência que, seguramente, aumentou nos anos 2013 e 2014. E, não menos importante, em junho de 2013 irrompeu as massivas manifestações em todo país, chegando alcançar um milhão de manifestantes no Rio de Janeiro, sem que o aparato oficial, constituído pela CUT e pelo PT, tivesse qualquer incidência sobre os rumos da manifestação; longe disso, foram repudiados por grande parte dos manifestantes, e não apenas pela pouco expressiva direita presente nos atos ou pelos reduzidos movimentos de cariz dito anarquista. A opção do governo Dilma de recrudescer a repressão, a criminalização e a espionagem dos movimentos corrobora as dificuldades do governo de cooptar as iniciativas que protagonizaram as Jornadas de junho de 2013.

Outro indicador de que a agenda da Carta aos Brasileiros está vulnerável é a crescente erosão da “estabilidade econômica”. Os déficits em conta corrente do país estão aumentando consistentemente (2013: US\$ 81,4 bilhões, 2014, estimativa US\$ 80 bilhões)³, as remessas das corporações ao exterior são fortemente ascendentes, a emissão de títulos terá de conter uma taxa de juros ainda mais elevada e o dilema cambial está cada vez mais difícil de ser solucionado.

³ Eduardo Campos e Monica Izaguirre | Valor BC eleva projeção de déficit em conta corrente para US\$ 80 bilhões, 24/03/14, disponível em <http://www.valor.com.br/financas/3491406/bc-eleva-projecao-de-deficit-em-conta-corrente-para-us-80-bilhoes>

Turbinado pela ação agressiva dos bancos e financeiras para ocupar o nicho de mercado constituído por assalariados de modesto poder aquisitivo, concedendo crédito para bens de consumo, mas, também, para aquisições de bens de capital (como tem feito o BNDES), o consumo de produtos industrializados cresceu quatro vezes mais do que a produção industrial, conforme pesquisa de Antônio Correa de Lacerda, PUC-SP, em estudo para o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, ⁴ confirmando a desindustrialização precoce da economia brasileira. As importações não decorrem da falta de capacidade de produção das indústrias localizadas no país, mas em virtude da incapacidade dos produtores de fazer frente a concorrência estrangeira. Desse modo, em setores estratégicos, como o de bens de capital, a participação dos importados cresceu de 52% em 2007 para 66% em 2013, a despeito da ociosidade de 25% verificada no setor.

Conforme Lacerda, os principais problemas macroeconômicos subjacentes à perda da competitividade industrial são o câmbio apreciado, os juros elevados e a carga tributária. Em sua avaliação, “as desonerações fiscais não são capazes de compensar o estrago causado pela taxa de câmbio apreciada e pela taxa de juros elevada”. Com isso, segue Lacerda, o déficit da balança comercial de produtos manufaturados praticamente triplicou nos últimos 5 anos, chegando a US\$ 104,3 bilhões em 2013. Daí a importância econômica e política das *commodities* (saldo positivo de US\$ 79,9 bilhões em 2013) e dos semimanufaturados (US\$ 22,3 bilhões).

A debacle do setor industrial repercute de modo avassalador na ideologia do neodesenvolvimentismo apregoada por Lula da Silva e Dilma Rousseff, evidenciando que o país é refém dos circuitos fechados das *commodities*. A recente declaração da Senadora Kátia Abreu, dirigente da CNA, em favor de Dilma tem imensa importância como orientação classista de uma robusta fração burguesa, mas, a despeito do apoio da cúpula do agronegócio, os produtores de diversos ramos do agronegócio têm expressado o seu desagrado com os rumos do atual governo, idem o setor industrial que atualmente está sendo desmanchado.

É possível trabalhar com a hipótese, a ser verificada, de que o grande capital seguirá apoiando o governo que tem as melhores condições objetivas de assegurar a paz social (respondendo negativamente a indagação, ou seja, o lulismo segue sendo necessário ao capital), mas dificilmente o Estado Maior do Capital logrará enquadrar as frações burguesas mais diretamente afetadas pelas contradições macroeconômicas em curso que, por isso, ao menos em parte, bradarão que o ciclo do PT deve ser encerrado.

No que se refere aos que vivem do próprio trabalho e são explorados, a expectativa de que a melhoria das condições de vida seria progressiva, após a possibilidade crescente de aquisição de alguns bens há décadas comuns aos trabalhadores nos países industrializados, como televisões, geladeiras, máquinas de lavar e, em alguns casos, automóveis, não se concretizou, em especial, após o aprofundamento da crise econômica mundial. A queda das atividades econômicas a partir de 2009 ainda não foi suficientemente dimensionada, mas é de grande proporção. Os novos empregos, grosso modo, estão localizados no setor de serviços simples, como trabalhos domésticos, no

⁴. Citado em Sonia Filgueiras, A ocupação dos importados. Brasil Econômico, 18 de agosto de 2014, p. 9.

comércio e, mesmo no setor público, como educação, empregos – estes extremamente mal remunerados que exigem penosos deslocamentos – e ásperas condições de trabalho. A promessa subjacente de que afinal o Brasil se converteu em um país de classe média, sem miseráveis e extremamente pobres (para utilizar a nomenclatura governamental) encontrou limites objetivos na economia real.

Para dimensionar a queda do poder aquisitivo de grande parte dos trabalhadores, basta mencionar que consumo de produtos básicos no primeiro bimestre de 2014 caiu 11%. Após a derrama de empréstimos para consumo popular, a inadimplência no País passou de 5,1%, em 2013, para 6,49%, em abril de 2014; a informalidade e a precarização seguem em patamar extremamente elevado, 18 milhões de pessoas trabalham sem carteira assinada e 15 milhões, por conta própria; ainda existe trabalho de crianças pequenas (90 mil, na faixa de 5 a 9 anos e 1,1 milhão na faixa 9 a 14).⁵ A síntese de Pochmann, ao destacar que os novos empregos são, basicamente, na área de serviços, é importante: dos 22 milhões de empregos que o Brasil gerou, 95% são relacionados à faixa de até dois salários mínimos mensais”.⁶

Desafios para as lutas dos trabalhadores: dilemas da esquerda socialista

O retrospecto de lutas sociais nos últimos quatro anos permite afirmar que as condições gerais para a reorganização da classe trabalhadora podem ser virtuosas. O maior protagonismo dos trabalhadores do setor privado sugere estar em curso uma inflexão na tendência de baixo protagonismo do setor privado (as lutas desde meados dos anos 1990 estiveram concentradas, basicamente, no setor público - 55% a 60 % das greves). As lutas adquiriram maior envergadura, como se depreende do salto das horas paradas, passando de pouco mais de 20 mil horas/ano para mais de 70 mil horas nos últimos 3 anos. Também as lutas dos trabalhadores que compõem o Exército Industrial de Reserva cresceram muito significativamente, em especial, a dos Sem Teto e dos trabalhadores informais e precarizados que têm lutado contra remoções, a violência policial e contra o caos no transporte. A participação de muitos desses trabalhadores nas Jornadas de Junho de 2013 certamente teve impacto na formação da consciência social. Cabe lembrar que mais de 70% dos jovens de 17 a 22 anos estão no Exército Industrial de Reserva, muitos deles sem quaisquer perspectivas de postos de trabalho organizados.

Os movimentos dos trabalhadores do campo, entretanto, perderam protagonismo, em virtude do bloqueio da reforma agrária pelo governo Dilma Rousseff. Após um período de significativa mobilização nos governos FHC e Lula da Silva, em que foram realizadas respectivamente 3845 ocupações (567 mil famílias) e 3864 ocupações (envolvendo 493 mil famílias), nos primeiros anos do governo Dilma a redução foi muito expressiva: 498 ocupações em 2011 e 2012. O MST logrou realizar um Congresso massivo em 2014,

5 Washington Novaes, O PIB em crise, o mundo em crise, <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520794-o-pib-em-crise-mundo-em-crise>

6. “Não estamos caminhando para uma sociedade homogênea, medianizada, mas para uma sociedade mais polarizada”. Entrevista especial com Márcio Pochmann, Instituto Humanitas Unisinos, Sexta, 27 de junho de 2014, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medianizada-mas-para-uma-sociedade-mais-polarizada-entrevista-especial-com-marcio-pochmann/532719-nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medi#>

reunindo mais de 15 mil delegados, com o tema "Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular", no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília, entre 11 e 15 de junho. O MST encontra-se claramente diante do maior desafio de sua história: retomar o protagonismo, romper as cercas que bloqueiam a reforma agrária e ampliar a sua presença autônoma nas lutas anticapitalistas que pulsam no país ou ser gradualmente fagocitado pelas políticas de alívio à pobreza alimentadas pelo fim da reforma agrária no país.

Desafios que igualmente estão presentes nas lutas dos trabalhadores urbanos. O fracasso da criação de uma nova entidade que superasse os limites da CONLUTAS e da INTERSINDICAL na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 2010, sugere dificuldades de enorme monta para a reorganização das lutas de classes, a partir de uma perspectiva autônoma de classe por parte dos trabalhadores. A criação da CSP Conlutas (2010) ainda não se confirmou como uma alternativa para muitas entidades sindicais e ainda mais para os movimentos sociais que têm empreendido muitas das principais lutas dos últimos quatro anos. Mesmo lutas com maior grau de articulação, como a dos trabalhadores do serviço público, ainda carecem de organicidade. A grande greve dos servidores públicos federais em 2012, a despeito das ações conjuntas, por meio de manifestações e atos, foi construída a partir das agendas de cada uma das categorias dos servidores. O mesmo vem acontecendo com as lutas pela educação pública que, embora estejam reivindicando a mesma pauta, seguem atomizadas, em grande parte pelo afastamento da CNTE e da CUT das lutas pela educação pública, pois aprisionadas pela agenda privatista do governo Federal. O recente Encontro Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro nos dias 8 a 10 de agosto de 2014 pode servir de base para uma profunda reorganização das lutas contra a mercantilização da educação, em particular em virtude do protagonismo estudantil que apoiou de modo relativamente unitário a sua convocatória.

Esse breve panorama indica um quadro contraditório. Está em curso um aumento das lutas sociais, mas as mesmas ainda estão, grosso modo, referenciadas em agendas econômico-corporativas e a reorganização ainda carece de espaços comuns para a efetivação de unidade de ação em frentes urgentes e decisivas. Não surpreende que nesse ambiente de escasso trabalho de formação política auto-organizado pelos trabalhadores, as forças provenientes da esquerda que sustentam o governo Dilma, lideradas pelo PT, encontrem espaço na defesa do que elas definem, sem outros argumentos melhores, como a alternativa menos ruim: a reeleição do atual governo, utilizando uma contabilidade vazia do que julgam os grandes feitos do período Lula-Dilma.

É necessário partir da análise da correlação de forças presentes nas lutas de classes para poder indagar sobre as perspectivas da esquerda na conjuntura imediata. O fato positivo é que a convocatória para maior unidade de ação pode ser realizada em um ambiente de elevação da temperatura das lutas sociais no Brasil. Mas restam muitas divergências, como, por exemplo, entre a defesa do neodesenvolvimentismo, por parte de diversos segmentos dos trabalhadores, e os trabalhadores que lutam contra as expropriações advindas do suposto modelo desenvolvimentista. Existe aqui um desafio de enorme proporção que tem de ser discutido de modo sistemático pela esquerda.

Decorrente desta perspectiva, é igualmente necessário problematizar a crença, sempre recriada, de que é possível alterar o Estado por meio de mudanças endógenas e graduais, ganhando posições nos governos subnacionais, no parlamento e disputando ministérios ou, mais comumente, espaços subalternos no Estado, como presente em partidos que estão no espectro da esquerda socialista. Este debate requer uma análise densa e criteriosa do Estado, de como o bloco no poder opera o mesmo, de como este se relaciona com o Estado Maior do Capital, inclusive no plano internacional.

As eleições de 2014 poderiam ser uma oportunidade para tais debates e práticas de unidade de ação. A pulverização das forças socialistas em seus respectivos partidos foi, nesse sentido, uma chance perdida para fazer acelerar o tempo histórico. No embate político, a diferenciação de posições entre direita e esquerda, entre capitalismo e socialismo, é de crucial importância para a formação política. Dificilmente será possível, no processo eleitoral, que cada uma dessas forças possa colocar em prática (dialogando além da esquerda organizada) uma pedagogia socialista capaz de criar espaços de autoaprendizagem dos trabalhadores, combinando ação direta, greves, manifestações e espaços comuns de reflexão teórica sobre a situação da luta de classes no país e no mundo. O agravamento da crise e das contradições e, ainda, as tênues, mas importantes fissuras entre as frações burguesas dominantes, podem reabrir novas oportunidades para que os trabalhadores em luta possam forjar um novo ponto de partida para as lutas sociais, como apregoava Florestan Fernandes.